



### 12) Pedido de seqüestro

“F”, acusado de ser autor de vários roubos a banco, amealhou patrimônio considerável, detectado durante a investigação policial. Antes mesmo do oferecimento da denúncia, o Ministério Público busca tomar medidas assecuratórias para evitar o desvio definitivo dos bens, cuja origem é ilícita.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da \_\_\_\_.<sup>a</sup>  
Vara Criminal da Comarca \_\_\_\_.<sup>1</sup>  
Ref. Inquérito policial n.º \_\_\_\_<sup>2</sup>

O Ministério Público do Estado de \_\_\_\_, nos autos do inquérito em que se apura a materialidade e a autoria de seqüenciais roubos a estabelecimentos bancários nesta Comarca, onde já figura como indiciado “F”, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), titular de carteira de identidade Registro Geral n.º \_\_\_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º \_\_\_\_, domiciliado em (cidade), onde reside (rua, número, bairro), atualmente recolhido nas dependências do presídio \_\_\_\_, mas ainda em fase de apuração da existência de outros co-autores e partícipes, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 125 do Código de Processo Penal, requerer o

#### SEQÜESTRO<sup>3</sup>

dos bens imóveis, abaixo relacionados, pelos seguintes motivos:

1. A investigação policial encontra-se em fase final para descobrir e indiciar os comparsas de “F”, autor dos roubos aos seguintes estabelecimentos bancários: \_\_\_\_ (data: \_\_\_\_); \_\_\_\_ (data: \_\_\_\_) e \_\_\_\_ (data: \_\_\_\_), como será devidamente detalhado na peça acusatória a ser apresentada, no prazo legal. A materialidade, portanto, dos referidos crimes é inconteste, bastando verificar os depoimentos de fls. \_\_\_\_, \_\_\_\_, \_\_\_\_, \_\_\_\_ e \_\_\_\_.

2. Por outro lado, o auto de apreensão de fls. \_\_\_\_ indica que quantia vultosa em pecúnia foi encontrada no portamalas do carro de “F”, guardado em um dos imóveis que lhe serviam de residência.

<sup>1</sup> O pedido, se formulado durante a fase do inquérito policial, pode ser dirigido ao juiz responsável pelo Departamento ou Vara de Inquéritos Policiais (em São Paulo, seria o DIPO). Onde não houver Vara específica, distribui-se o pedido dentre os magistrados criminais da Comarca.

<sup>2</sup> Pode ser proposto durante a fase da investigação policial ou durante o processo.

<sup>3</sup> O seqüestro pode ser intentado para tornar indisponíveis também os bens móveis do indiciado ou réu (art. 132, CPP). Ver as notas 19 e 20 ao referido artigo em nosso *Código de Processo Penal comentado*.

3. A autoria dos mencionados roubos pode ser atribuída a “F”, tanto que já foi indiciado e Vossa Excelência decretou a sua prisão temporária, ainda em vigor.

4. Sob outro aspecto, é preciso destacar que, segundo o nosso sistema legislativo (art. 5.º, XLV, CF; art. 91, II, b, CP), o condenado não poderá manter em seu poder, nem transmitir a seus herdeiros ou sucessores, os bens adquiridos em virtude da prática da infração penal. Assim sendo, cabe ao Ministério Público zelar pelo cumprimento da lei, bem como pela possibilidade de restituir às vítimas dos crimes os bens que lhe foram tomados.<sup>4</sup>

5. Apurou-se na presente investigação que o indiciado “F” não tem e nunca teve renda lícita comprovada (ofício da Receita Federal de fls. \_\_\_\_), sendo de origem humilde, sem parentes abonados. No entanto, não por coincidência, justamente após o cometimento do primeiro roubo, bastando mera confrontação das datas da infração e as da aquisição dos bens, começou a enriquecer, adquirindo imóveis dos mais variados padrões.

Alguns desses foram comprados e pagos em dinheiro, como apontam as escrituras de fls. \_\_\_\_ e \_\_\_\_, bem como, outros, embora quitados por transferências bancárias, foram colocados em nomes de parentes de “F”, pessoas simples, sem renda suficiente para suportar tais aquisições.

6. Exige a lei processual penal que o pedido de seqüestro seja instruído com prova dos indícios veementes da proveniência ilícita dos bens (art. 126). Nesta hipótese, no entanto, há prova mais que suficiente para a decretação da indisponibilidade dos bens imóveis apontados nesta peça, sob pena de, se assim não ser feito com urgência, após a prisão do indiciado, comecem os referidos bens a dissiparem-se, através da venda a terceiros de boa-fé, o que significaria lesão ao Estado e aos ofendidos.

Ante o exposto, demonstrada a materialidade das infrações penais, a autoria atribuída a “F”, bem como os veementes indícios de que os imóveis constantes em seu nome e de seus parentes próximos constituem produtos dos

<sup>4</sup> O seqüestro pode ser requerido pelo Ministério Público ou pela vítima, bem como ser fruto de representação da autoridade policial e, também, decretado de ofício pelo juiz (art. 127, CPP).

crimes, requer-se a decretação do seqüestro de todos os imóveis discriminados na relação abaixo, tornando-os indisponíveis. Para tanto, requer-se sejam expedidos ofícios aos notários dos Cartórios de Registro de Imóveis competentes.

Termos em que, atuada esta medida<sup>5</sup> em apartado e intimado o indiciado a, querendo, manifestar-se,  
Pede deferimento.

Comarca, data.

\_\_\_\_\_  
Promotor de Justiça

Rol dos imóveis:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_

<sup>5</sup> Deve ser instruído com provas documentais, especialmente as que não estiverem no inquérito.